


**Exmo. Sr. Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM**

**Ref.: Auto de Infração nº F-00445/2007**

FIM 25/05/2007 14:25 - F0445/2007

**NOVELIS DO BRASIL LTDA.**, pessoa jurídica com sede na cidade de São Paulo/SP, na Av. Nações Unidas, nº 12.551/15º andar, Brooklin Novo, CEP 04578-000, inscrita no CNPJ sob o nº 60.561.800/0001-03, vem perante V. Exa., por seus procuradores, nos termos do art. 16-C da Lei nº 7.772, de 08.09.1980, introduzido pela Lei nº 15.972, de 12.01.2006, e do art. 34 do Decreto nº 44.309, de 05.06.2006, apresentar **DEFESA** relativa ao Auto de Infração lavrado por esta Fundação, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

NAI 

## I – DA AUTUAÇÃO

- 1.1. Em 07.05.2007, por intermédio do OF.DIMET/Nº 168/2007, a empresa foi comunicada da lavratura do Auto de Infração acima referenciado, decorrente de vistoria realizada em 22.03.2007 na unidade industrial situada em Ouro Preto/MG, no qual se apontou a prática das condutas infracionais capituladas no art. 86, inciso VI, e no art. 87, inciso IX, ambos do Decreto nº 44.309/2006.
- 1.2. Segundo o agente autuante, teriam sido verificadas as seguintes irregularidades:

*"A empresa lançou efluentes líquidos em desacordo com o estabelecido na legislação ambiental devido a um acidente na tubulação que leva a lama para a barragem de Marzagão, fazendo com que a referida lama atingisse o córrego Marzagão. A empresa ainda assoreou o córrego do Azedo devido à queda de um muro de gabião na área do lago do Azedo causando poluição que resultou dano ao recurso hídrico."*

- 1.3. Por força da autuação, foram aplicadas 2 (duas) sanções de multa simples, nos valores de R\$ 25.001,00 (vinte e cinco mil e um reais) e de R\$ 83.335,00 (oitenta e três mil, trezentos e trinta e cinco reais), respectivamente, perfazendo um total de R\$ 108.336,00 (cento e oito mil, trezentos e trinta e seis reais).
- 1.4. Porém, inconformada com as penalidades que lhe foram indevidamente impostas, apresenta a empresa, de forma tempestiva, sua **DEFESA ADMINISTRATIVA**, objetivando, ao final, evidenciar que a referida autuação não merece prosseguir, conforme se depreende da análise dos argumentos adiante articulados.

## II – DA NECESSÁRIA DESCARACTERIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES PREVISTAS NOS ARTS. 86, INCISO VI E 87, INCISO IX, AMBOS DO DECRETO Nº 44.309/2006, EM VIRTUDE DA ATIPICIDADE DOS EVENTOS OCORRIDOS

- 2.1. Como visto, o Auto de Infração aqui questionado imputou à empresa os ilícitos administrativos insculpidos nos arts. 86, inciso VI, e 87, inciso IX, do Decreto nº 44.309/2006, os quais têm a seguinte redação:

*"Art. 86. São consideradas infrações graves:*

*VI - emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na legislação ambiental e de recursos hídricos - Pena:*





**CARNEIRO & SOUZA**

advogados associados

*multa diária e demolição de obra; ou multa diária; ou multa simples e demolição de obra; ou multa simples e embargo;\**

*\*Art. 87. São consideradas infrações gravíssimas:*

*IX - causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural;\**

- 2.2. Todavia, é mister ver que estes dispositivos regulamentares não apresentam qualquer vínculo de pertinência com as circunstâncias subjacentes à autuação, o que leva a concluir pela forçosa descaracterização do AI nº 445/2007, ora impugnado.
- 2.3. Faz-se importante considerar que os incisos I e II do art. 32 do Decreto nº 44.309/2006 indicam como elemento essencial e indispensável para a correta formação da lide administrativa, além do enunciado adequado e preciso do **fato constitutivo** de cada infração identificada, a **disposição legal ou regulamentar em que se fundamenta a autuação**.
- 2.4. Evidentemente que tal requisito procedimental impõe ao agente autuante o imperativo dever de enunciar o fundamento jurídico do auto lavrado com exata correspondência à conduta por ele verificada, concluindo-se então que a ausência de adequação precisa entre fato e tipo infracional fulmina de **nulidade absoluta**, e, portanto, **insanável**, o instrumento inaugural do processo administrativo por infringência à legislação ambiental.
- 2.5. Nessa ambiência, não se pode olvidar que os ilícitos administrativos, tanto quanto os criminais, são definidos através de modelos de conduta juridicamente reprovados, nomeados **tipos**.
- 2.6. Como tais ilícitos correspondem sempre a uma conduta humana, comissiva ou omissiva, o tipo infracional deve conter ao menos um verbo, que constitui seu núcleo e determina objetivamente o comportamento censurável nele definido.
- 2.7. Ao **verbo-núcleo** se agregam outros não menos importantes elementos estruturantes do tipo, como o **objeto material** da infração, além de seus respectivos **elementos normativos**.
- 2.8. Para que um fato se ajuste adequadamente ao tipo infracional, é preciso que uma determinada ação tenha ocorrido com exata e rigorosa



**CARNEIRO & SOUZA**

advogados associados



correspondência às circunstâncias por ele descritas. Como afirma EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR, o chamado *princípio da tipicidade*:

*"...tinha em exigir que a Administração, ao manejar a sua competência punitiva, ajuste-se, com precisão, à descrição típica da norma que prevê a infração. Torna necessária a exata subsunção do fato ao modelo infracional. A tipicidade anuncia uma das consequências da adoção da reserva legal: a taxatividade. A jurisprudência se tem mostrado uma atenta guardiã do cânon, reclamando, à legitimidade da imposição de sanções, o devido encaixe do fato perpetrado com a definição do ilícito administrativo."*<sup>1</sup> (destacamos)

- 2.9. Não é o que ocorre no presente caso, *data venia*, pois os fatos constatados pela fiscalização não guardam a adequada e necessária correspondência com os ilícitos administrativos descritos no Auto de Infração, conforme os argumentos em seguida deduzidos.

**a) A inocorrência das condutas definidas nos verbos-núcleo dos tipos infracionais apontados no Auto de Infração:**

- 2.10. Inicialmente, deve a autuada destacar que os eventos que deram ensejo à autuação não apresentam o necessário enquadramento para as ações descritas nas infrações cuja prática lhe foi atribuída, restando sobejamente clara a sua atipicidade frente às normas de proteção ambiental do Estado de Minas Gerais.
- 2.11. Deveras, no que concerne à irregularidade prevista no art. 86, inciso VI, do Decreto nº 44.309/2007, é de se registrar que, em 20.03.2007, houve um acidente de ínfimas proporções nas proximidades do lago de rejeitos da empresa, tendo ocorrido o transbordo da lama neutralizada pelo "venf" da tubulação que alimenta aquela barragem.
- 2.12. Parte do material originado desse acidente acabou escorrendo pelo talude, atingindo o córrego Marzagão e, em seguida, o córrego Funil, sendo certo que, após 90 (noventa) minutos, tais cursos d'água já haviam retornado aos seus índices originais de turbidez, tudo conforme informado a essa Fundação, em ofícios datados de 21.03.2007 e 09.04.2007, bem como relatado no Auto de Fiscalização nº 01819, lavrado em 22.03.2007.
- 2.13. Tais elementos, tomados em conjunto, são suficientes para demonstrar não ter ocorrido qualquer sorte de conduta preordenada ao lançamento

<sup>1</sup> NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Sanções administrativas e princípios de direito penal. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 219, p. 136, jan.-mar. 2000.





**CARNEIRO & SOUZA**

advogados associados

ou emissão de efluentes no local, sendo certo que o derramamento daquele material decorreu de razões totalmente involuntárias, para as quais não concorreram os prepostos da empresa.

- 2.14. Ora, há que se ter em mente que o ilícito capitulado no art. 86, inciso VI do Decreto nº 44.309/2006, define-se pelos verbos emitir e lançar, os quais expressam, no vernáculo, uma ação consistente em despejar, jogar, verter ou derramar algo.
- 2.15. Ou seja, impõe-se como necessária, para que se consubstancie aquela infração, uma postura comissiva por parte do agente, caracterizada pela emissão ou pelo lançamento de efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos.
- 2.16. Na hipótese em análise, a autuada evidentemente não agiu dessa forma, vez que o derramamento do líquido decorreu de fatores aleatórios e não de uma ação deliberada no sentido de provocá-lo, não se podendo, obviamente, afirmar que esse material tenha sido emitido ou lançado pela empresa.
- 2.17. Acrescente-se que é preciso não confundir a ação descrita no tipo infracional com os efeitos que dela possam decorrer. Afinal, considerando-se apenas o resultado derradeiro, o ato que lança voluntariamente material em uma área inadequada equivaleria ao seu carreamento acidental.
- 2.18. Contudo, sob o ângulo da punibilidade do agente, as duas hipóteses são diametralmente opostas, uma vez que na primeira delas os efeitos decorreriam de uma ação positiva, enquanto na segunda seriam eles produzidos por motivos completamente estranhos à expressão de sua vontade.
- 2.19. Reconhecendo esse discrimine, a norma estadual fez clara e manifesta opção por punir o agente por sua conduta, e não pelos efeitos verificados, em razão do que, portanto, adotou como núcleo do tipo infracional em comento os verbos *emitir* e *lançar*.
- 2.20. Sob este prisma, então, fica por demais evidenciado que o acidente em tela não configura uma emissão ou lançamento, não havendo que se falar em qualquer sorte de punição fundada no art. 86, inciso VI, do Decreto nº 44.309/2006.



**CARNEIRO & SOUZA**

advogados associados



- 2.21. Já no que tange à infração prevista no art. 87, inciso VI, do mesmo diploma normativo, está muito claro que sua caracterização reclama uma conduta por parte do infrator hábil a causar poluição ou degradação ambiental, circunstância que tampouco pode ser atribuída à autuada, no presente caso.
- 2.22. Com efeito, houve, na área conhecida como "lago do Azedo", o deslizamento de pequena quantidade de terra das encostas do córrego de mesmo nome (também conhecido como *Passa Dez*), fato que deve ser creditado exclusivamente à erosão natural das suas margens.
- 2.23. Portanto, não há como se lançar em conta da empresa, nesta específica hipótese, ação alguma destinada a causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza, obstando-se o surgimento da pretensão punitiva, para a administração pública, com fulcro no ilícito definido no art. 87, inciso VI, do Decreto nº 44.309/2006.
- 2.24. Por tudo o exposto, mostra-se inarredável a conclusão de que os fatos apontados pelo agente fiscalizador não se revestem da necessária tipicidade formal, traduzida no estrito enquadramento às regras de proibição contidas nos tipos infracionais apontados como fundamento da autuação, impondo-se, destarte, a descaracterização do AI nº 445/2007 e o conseqüente arquivamento do respectivo procedimento administrativo.

***b) A inexistência de degradação ambiental:***

- 2.25. Dando prosseguimento à análise das irregularidades em exame, cumpre também frisar que, em ambos os casos, para que um fato se enquadre nos sobreditos dispositivos regulamentares, é necessário que se demonstre a causação efetiva de degradação ambiental (art. 86, inciso VI) e de poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza (art. 87, inciso IX), conceitos que devem ser entendidos, obviamente, em sua acepção jurídica.
- 2.26. Porém, analisando-se os fatos que ensejaram a lavratura do AI nº 445/2007, verifica-se que não houve comprometimento significativo das qualidades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, circunstância que é suficiente, por si só, para impedir a caracterização dos ilícitos administrativos apontados.
- 2.27. Relativamente ao transbordo da lama nas proximidades do lago de rejeitos da empresa, é incontrastável que tal evento, por sua diminuta





**CARNEIRO & SOUZA**

advogados associados



dimensão, não acarretou qualquer lesão significativa para os padrões de qualidade dos córregos Marzagão e Funil.

- 2.28. Isto porque o pequeno espaço de tempo em que houve o vazamento teve como mera consequência a alteração temporária dos parâmetros de turbidez daqueles cursos d'água, os quais se normalizaram em menos de 2 (duas) horas, ao que se soma a constatação de que também não houve impactos consideráveis sobre a vegetação existente no talude.
- 2.29. Por sua vez, o deslizamento de terra na encosta do córrego Passa Dez, também por sua pequena expressão, não pode ter ocasionado o comprometimento dos atributos naturais deste curso d'água, o qual, de resto, vem sendo constantemente degradado pelo lançamento de esgoto *in natura* ao longo de seu curso.
- 2.30. Veja-se que, ao longo dos últimos anos, a empresa vem diligentemente adotando medidas para garantir a estabilidade daquela área, tendo construído gabiões em toda a encosta do chamado *Lago do Azedo*, além de realizar periódico monitoramento da qualidade da água a montante e a jusante do local.
- 2.31. Desse modo, os fatos constatados pela fiscalização, longe de configurarem um evento danoso ao meio ambiente, pouca ou nenhuma consequência adversa trouxeram para os padrões de qualidade dos recursos ambientais na região, não constituindo, ipso facto, qualquer sorte de degradação que pudesse subsumir-se precisamente ao conceito amparado no art. 2º da Lei nº 7.772, de 08.09.1980.
- 2.32. Realmente, não ocorreram prejuízos à saúde ou ao bem-estar da população, de resto não se podendo falar no surgimento de condições adversas às atividades sociais e econômicas, nem tampouco em danos relevantes de qualquer espécie à flora, à fauna ou a outro recurso natural, mesmo que às coleções hídricas.
- 2.33. Além disso, não foram atingidos quaisquer acervos históricos, culturais ou paisagísticos, sendo certo que o efeito ambiental então identificado se afigura como pouco expressivo, sem o caráter de anormalidade ou relevância que fosse capaz de induzir à caracterização legal do episódio como evento poluidor ou degradador.





**CARNEIRO & SOUZA**

advogados associados



- 2.34. Impende considerar que a legislação ambiental brasileira, ao estabelecer e vincular *padrões de emissão e de qualidade*, incorpora de maneira inquestionável o denominado *princípio do limite de tolerabilidade* como índice objetivo de configuração da certeza e da existência do dano, implicando indiretamente o reconhecimento de que nem todo fato atentatório a um recurso ambiental causa necessariamente um prejuízo passível de sancionamento administrativo.<sup>2</sup> Como anota JOSÉ RUBENS MORATO LEITE:

*"Há, assim, que se avaliar quando se faz surgir a quebra de equilíbrio da qualidade ambiental, quer na capacidade atinente ao ecossistema, quer na sua capacidade de aproveitamento ao homem e a sua qualidade de vida, isto é, o exame da gravidade do dano ambiental é elemento necessário para a reparação. Portanto, no exame de caso por caso, e alicerçados em perícias, quando necessário, é que se deve apreciar o limite da tolerabilidade aceitável, para que, na ocorrência da intolerabilidade, venha surgir a imputação do agente que praticou a lesão."*<sup>3</sup>

- 2.35. Na mesma vertente, ensina ÁLVARO LUIZ VALERY MIRRA que:

*"...o limite a partir do qual se caracteriza o dano ao meio ambiente deve ser estabelecido com base na capacidade real e concreta de absorção do bem ambiental, meio ou ecossistema específico em questão, capacidade essa traduzida por mecanismos naturais conhecidos, como, por exemplo, a autodepuração da água e a biodegradabilidade dos resíduos de uma forma geral."*<sup>4</sup>

- 2.36. Destarte, para que seja caracterizado um dano ao meio ambiente, ou seus equivalentes legais — "*degradação da qualidade ambiental*" e "*poluição*" (cf. art. 3º, incisos II e III da Lei Federal nº 6.938, de 31.08.1981) —, é necessário verificar se a alteração adversa ou perturbação dos elementos naturais afeta ou não, conforme propõe JOSÉ DE SOUSA CUNHAL SENDIM, a *capacidade de aproveitamento humano* dos bens ambientais, bem assim sua *capacidade funcional ecológica*, expressa através dos atributos da interdependência, autorregulação (*homeostase*) e auto-regeneração.<sup>5</sup>

- 2.37. Em outras palavras, mesmo que um determinado lançamento ou emissão de substância potencialmente poluidora desborde dos

<sup>2</sup> MIRRA, Álvaro Luiz Valery. *Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002, p. 100.

<sup>3</sup> LEITE, José Rubens Morato. *Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 108.

<sup>4</sup> MIRRA, op. cit., p. 104.

<sup>5</sup> SENDIM, José de Souza Cunhal. *Responsabilidade civil por danos ambientais: da reparação do dano ambiental através de restauração natural*. Coimbra: Coimbra Editora, 1998, p. 130.

DIRETO E  
DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL





**CARNEIRO & SOUZA**

advogados associados



parâmetros limitantes contemplados na normativa pertinente, a configuração do evento como lesivo aos ecossistemas e aos diversos elementos bióticos e abióticos a eles inerentes dependerá sempre, em cada circunstância concreta, da capacidade de suporte, absorção ou amortecimento do meio em relação ao impacto especificamente gerado.

- 2.38. Assim, nenhuma ocorrência ambiental pode ser *a priori* considerada como poluidora ou degradadora sem que antes se verifique a presença dos diversos fatores que se interagem na atenuação, mitigação ou estabilização dos efeitos possíveis sobre a saúde humana, a fauna e a flora.
- 2.39. No caso vertente, repita-se, não se observou concretamente qualquer evidência de poluição ou degradação ambiental efetiva decorrente do líquido vertido na encosta, sendo certo que a pequena quantidade de material não poderia mesmo ocasionar as consequências previstas na legislação mencionada.
- 2.40. O mesmo deve ser dito para o deslizamento de terra da encosta do córrego Azedo, cuja expressão não foi hábil a configurar um evento poluidor ou degradador do curso d'água, o qual, como já mencionado, apresenta níveis baixíssimos de qualidade em virtude de fatos — lançamento de esgoto *in natura* — que não podem ser atribuídos à empresa.
- 2.41. Diante disso, verifica-se que não houve, em ambos os casos, a alteração adversa das condições ambientais locais, o que implica dizer que não se caracterizaram as condutas descritas nos tipos infracionais apontados no AI nº F-00445/2005, que deve ser desconstituído, portanto.

### **III – O PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE E SUA NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA NO ÂMBITO DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR**

- 3.1. A despeito de a argumentação acima desenvolvida ser suficiente, por si só, para determinar o arquivamento do Auto de Infração questionado, impõe-se reforçar a idéia de que a autuada não concorreu com qualquer ação ou omissão voluntária sua para a prática das irregularidades descritas neste instrumento, inexistindo, pois, conduta negligente, imprevidente ou descuidada de sua parte que pudesse ter originado os eventos em foco, que, em verdade, decorreram de circunstâncias imponderáveis e alheias ao controle da empresa.





**CARNEIRO & SOUZA**

advogados associados



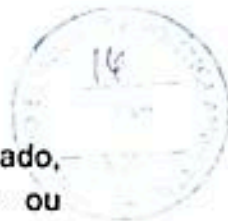
- 3.2. De fato, ambos os eventos que deram azo à lavratura do referido AI caracterizaram-se como acidentes que, por sua própria natureza, não podem ser atribuídos à uma conduta culposa da autuada, em suas modalidades *negligência, imperícia e imprudência*.
- 3.3. De um lado, houve uma falha no sistema de transporte dos resíduos da empresa para o lago de lama; por outro, ocorreu o desmoronamento do talude de um rio em virtude do processo erosivo causado por suas próprias águas.
- 3.4. Disso se conclui que todos os indícios afetos à materialidade do incidente em tela apontam inequivocamente como causa a intercorrência de motivo de **força maior**, elidindo-se com isso a imputação de culpa à empresa.
- 3.5. Não se deve perder de vista, neste cenário, que no processo administrativo, não basta a simples verificação de um efeito ou resultado proscrito pelo ordenamento jurídico para que seja válida a imposição da sanção a um agente, pessoa física ou jurídica.
- 3.6. Faz-se também necessário que o órgão fiscalizador proceda, previamente à imputação da conduta irregular ao administrado, a uma minuciosa investigação no intuito de constatar ou não a presença dos diversos elementos capazes de sedimentar o exercício da pretensão punitiva por parte da Administração Pública, evitando-se, com isso, sua persecução desnecessária ou irrazoável.
- 3.7. Assim é no direito criminal, que impõe ao Ministério Público — em regra titular da ação — a averiguação prévia de circunstâncias como, dentre outras, a materialidade da ação, o local em que ocorreu, o agente responsável e os motivos que o levaram à suposta prática delitiva, ou seja, dos diversos fatores que possam permitir uma delimitação precisa dos elementos caracterizadores da ação punível.
- 3.8. No direito administrativo sancionador, por igual forma, a mera constatação de um resultado infracional não basta para que um determinado fato ou conduta seja passível de repressão, não sendo facultado ao Poder Público iniciar o procedimento sancionatório sem antes levantar os dados e elementos mínimos necessários não só para determinar a subsunção do evento à hipótese normativa típica, mas também aqueles essenciais para a caracterização dos demais aspectos a serem apreciados pela autoridade competente, tais como a relação de





**CARNEIRO & SOUZA**

advogados associados



causalidade entre o resultado verificado e o comportamento do acusado, sua culpabilidade, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes porventura existentes.

- 3.9. Ou seja, mostra-se juridicamente inadequado e ilegítimo o embasamento de uma autuação na simples constatação de determinado fato contrário ao direito, sem que o agente autuante tenha sequer colhido maiores informações sobre as circunstâncias envolvidas no evento.
- 3.10. É precisamente isso o que ocorreu na autuação aqui analisada, na qual o técnico da FEAM ateve-se à mera constatação de fatos que se enquadram, em princípio, na estrutura formal dos tipos capitulados no art. 86, inciso VI, e 87, inciso IX, do Decreto nº 44.309/2006.
- 3.11. Importa não olvidar que o administrado só pode ser punido por uma conduta a ele especificamente atribuível, ou seja, é mister comprovar-se a relação de causalidade entre o seu comportamento faltoso e o resultado juridicamente relevante, para, aí sim, cogitar-se de sua penalização. Todavia, não há, no caso vertente, qualquer evidência de liame causal entre algum comportamento juridicamente reprovável por parte da empresa autuada e os episódios em debate.
- 3.12. Lado outro, impende enfatizar o caráter estritamente subjetivo da responsabilidade administrativa em matéria ambiental, pressupondo, *ipso facto*, a aferição da culpabilidade, ou seja, da ocorrência de conduta dolosa ou ao menos culposa por parte do agente autuado. Assim, a imposição de penalidades na seara administrativa, inversamente ao resultado reparatório derivado da responsabilidade civil, se assenta — tanto quanto em sede de responsabilidade penal — na conduta praticada pelo agente econômico, pessoalmente ou através de seus respectivos representantes ou prepostos, não havendo em nosso direito positivo nenhum espaço para a imposição de sanções pelo mero resultado da infração ou à margem da referência ao elemento anímico.<sup>6</sup>
- 3.13. Observe-se, nesse propósito, que a responsabilidade em direito é, em regra, sempre subjetiva, não correspondendo ao estágio atual de evolução do sistema jurídico-político,<sup>7</sup> a imposição de qualquer sorte de

<sup>6</sup> LOZANO CUTANDA Blanca. *Derecho ambiental administrativo*. Madrid: Dykinson, 2001, p. 404.

<sup>7</sup> BETANCOR RODRÍGUEZ, Andrés. *Instituciones de derecho ambiental*. Madrid: La Ley, 2001, p. 1297.







**CARNEIRO & SOUZA**

advogados associados

consequência sancionatória sem que o agente tenha praticado ou concorrido voluntariamente para a materialização da conduta antijurídica.

- 3.14. Em se tratando, pois, de responsabilidade administrativa ambiental, bem ao contrário da regra consagrada no art. 14, § 1º da Lei Federal nº 6.938/1981, é certo que o ordenamento jurídico brasileiro adota uma configuração necessariamente subjetiva, por tal modo pressupondo um comportamento comissivo ou omissivo com base nos parâmetros do dolo ou da culpa, descabendo qualquer sorte de imposição sancionatória de caráter objetivo.
- 3.15. No caso em tela, a ausência de culpa se define negativamente,<sup>8</sup> pela inexistência, *in casu*, de alguma expressão volitiva consciente dos representantes da empresa que pudesse, em razão dos eventos ocorridos, ter originado tanto o vazamento de efluentes pela tubulação de transporte para a barragem de rejeitos como a queda de parte das margens do córrego do Azedo.
- 3.16. Destarte, é indisputável que a responsabilidade administrativa ambiental deve ser afastada quando configurados o *caso fortuito* (*damnum fatale*), a *força maior* (*vis maior*)<sup>9</sup> ou o *fato de terceiro*, enquanto circunstâncias excludentes de causalidade, sendo certo que no direito administrativo sancionador, tanto quanto no direito criminal, *ex vi* do disposto no art. 13 do Código Penal — aplicável subsidiariamente por força do art. 79 da Lei nº 9.605, de 12.02.1998 — o resultado de que depende a existência da infração somente pode ser imputado a quem lhe tenha dado causa por ação ou omissão sua.
- 3.17. Assim, ante a cabal ausência, no caso concreto, do elemento subjetivo subjacente à culpabilidade necessária à configuração da responsabilidade administrativa, impende seja reconhecida a desqualificação das condutas infracionais ora contrastadas, promovendo-se o imediato arquivamento do AI nº 445/2007.

<sup>8</sup> DÍAZ, Julio Alberto. *Responsabilidade coletiva*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p. 41.

<sup>9</sup> O *caso fortuito* e a *força maior* se definem pela concretização de um aspecto fenomênico ou de uma situação passada no plano dos fatos, materializada em um evento estranho ao sujeito e marcada pelo caráter extraordinário, irresistível e inevitável. Ver DÍAZ. *Responsabilidade coletiva*, p. 41. Como afirma HERALDO GARCIA VITTA, se "...se houve força da natureza irresistível (*força maior*), ou acidente, cuja raiz é tecnicamente desconhecida (*caso fortuito*), não se fala em voluntariedade, pois não existe a liberdade de opção. Sem a voluntariedade, não há dolo ou culpa e, dessa forma, não se fala em ilícito administrativo." *A sanção no direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 53.



#### IV – CONCLUSÃO

À vista de todo o exposto, requer a autuada:

- a) seja desqualificada a autuação com fundamento nos arts. 86, inciso VI, e 87, inciso IX, ambos do Decreto nº 44.309/2006, uma vez que os fatos constitutivos da infração não se subsumem a estes dispositivos regulamentares;
- b) seja arquivado o presente AI, face à ausência de culpabilidade, impedindo, assim, o surgimento da responsabilidade administrativa ambiental.

Protesta pela juntada de novos documentos, bem ainda pela realização de vistoria no local, conforme previsto nos arts. 35, § 4º, do Decreto nº 44.309/2006.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2007.



Ricardo Carneiro  
OAB/MG 62.391



Ângelo Paulo Sales dos Santos  
OAB/MG 81.981